



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 23758364/2022-SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.008298/2022-75

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO:

1.1 – Contratação da empresa CONNECT ON MARKETING DE EVENTOS EIRELI, CNPJ: 13.859.951/0001-62 promotora do evento denominado REAJUSTE E REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS OBRAS PÚBLICAS, INCLUINDO OFICINA PRÁTICA (curso presencial com carga horária de 22 horas) a ser realizado 23 e 24 de junho de 2022 em Gramado/RS.

2. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Item	Quantidade	Especificação (detalhamento) do serviço
01	01	Inscrição no treinamento REAJUSTE E REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS OBRAS PÚBLICAS, INCLUINDO OFICINA PRÁTICA, que acontecerá no formato Presencial na cidade de Gramado - RS, nos dias 23 e 24 de Junho de 2022.

2.1 DETALHAMENTO DO SERVIÇO:

2.1.1 A empresa contratada promoverá um treinamento presencial com o palestrante ANDRÉ PACHIONI BAETA com o tema REAJUSTE E REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS OBRAS PÚBLICAS, INCLUINDO OFICINA PRÁTICA, que acontecerá na cidade de Gramado - RS, nos dias 23 e 24 de Junho de 2022 com fornecimento de material necessário para desenvolvimento da ação conforme conteúdo programático 23230874.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1 A participação no evento se faz necessária para o servidor HENRIQUE ANTONIO MENESES XAVIER, pois o mesmo é o responsável pela análise dos processos de licitação de obras e serviços de engenharia e em contratos de obras de todo o país, bem como em serviços de apoio junto a DEA, possa desenvolver seus conhecimentos em relação aos atos normativos e acórdãos referentes as contratações públicas, em especial, em relação a nova lei de licitações (Lei 14.133/2021). Entre os temas abordados no curso e com relação direta as funções exercidas estão: Teoria da Imprevisão e Panorama geral sobre a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos; Instrumentos legais de proteção ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato previstos na legislação vigente (Lei 8.666/93, Lei 13.303/2016 e Lei 14.133/2021); Gestão de pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro de contratos; Manutenção do desconto em virtude de alterações qualitativas e quantitativas; Inclusão de novos serviços; Alterações contratuais à luz da matriz de riscos; o fato da prorrogação do contrato poder implicar em reequilíbrio econômico-financeiro, entre outros.

4. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 O treinamento ocorrerá na cidade de Gramado/RS.

5. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA:

5.1 – Fornecer o serviço deste projeto básico nos termos do subitem 4.1.

5.2 – Fornecer todo e qualquer material/equipamento/serviço obrigatoriamente dentro das especificações solicitadas neste Projeto.

5.3 – A participação do fornecedor no item implicará rigorosamente no aceite das condições do item anterior, não sendo possível o aceite de outro material/equipamento/serviço que não seja o da descrição solicitada neste Projeto.

5.4 – Responsabilizar-se por todos os impostos, transportes e demais encargos para o fornecimento do serviço.

5.5 – Manter até o efetivo pagamento todas as condições que ensejaram a sua habilitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal.

6. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:

6.1 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

6.2 – Acompanhar e fiscalizar o serviço nos propostos neste Projeto Básico.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – Após devida atestação e regular liquidação feita pelo Representante, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 08 (oito) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa contratada conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal;

7.2 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução do serviço;

7.3 – Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à contratada, para verificação da situação relativa às condições de habilitação exigidas ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos incisos III e IV, art. 29 da Lei nº. 8.666/93;

7.4 – Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Superintendência;

7.5 – Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

7.6 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração, entre a data referida no primeiro subitem do 'DO PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)^{N/30}-1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1 – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a adjudicatária às sanções previstas, nas legislações que regem a matéria, podendo a ADMINISTRAÇÃO, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

8.2 – Advertência, que deverá ser feita com notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da licitante registrada em ata, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

8.3 – Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

8.4 – Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

8.5 – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, incidente no caso de inexecução total;

8.6 – No caso de atraso do início da execução do serviço ou inexecução do firmado no contrato, superior a 90 (noventa) dias, poderá a ADMINISTRAÇÃO cancelar a execução, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

8.7 – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

8.8 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente, devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.9 – As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceito pela Administração;

8.10 – Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a aquisição e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 2 anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a Proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

8.11 – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais;

8.12 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação enviada pela Administração.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados à Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2022, sob a classificação, conforme nota de empenho.

10. CONTRATO

10.1 – Fica dispensado o Termo de Contrato, conforme disposto no artigo 62 da Lei 8.666/93, que será substituído pela Nota de Empenho.

11. VALOR DE REFERÊNCIA / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 – O custo do treinamento é de R\$ 2.961,00 (dois mil novecentos e sessenta e um reais), conforme Proposta Comercial 9135 (23444597).

12. RESPONSÁVEL PELO PROJETO

12.1 – SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

HENRIQUE ANTONIO MENESES XAVIER
Engenheiro Civil
Agente de Polícia Federal

DESPACHO

1. Ciente e de acordo com o Projeto Básico.

BRUNO PACHECO LEITÃO
Perito Criminal Federal
Chefe da Divisão de Engenharia e Arquitetura

DESPACHO

1. Ciente e de acordo com a demanda do SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF.
2. Aprovo o presente Projeto Básico visando a inscrição no treinamento CURSO PRESENCIAL - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS OBRAS PÚBLICAS, INCLUINDO OFICINA PRÁTICA (carga horária 22 horas);

ANDRÉ VIANA ANDRADEDiretora da Diretoria de Administração e Logística Policial
Delegado de Polícia Federal

Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE ANTONIO MENESES XAVIER, Agente de Polícia Federal**, em 20/06/2022, às 07:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 20/06/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23758364** e o código CRC **F0AF3F15**.

Referência: Processo nº 08200.008298/2022-75

SEI nº 23758364